

**Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil**

*Continuing education on sexual education for early childhood education teachers*

Thaís Villa

Vagner Matias do Prado

**Universidade Federal de Uberlândia-UFU/GPESP**

Uberlândia-MG-Brasil

**Resumo**

O artigo objetiva analisar dois cursos de formação continuada sobre educação sexual, ofertados para professoras da rede municipal de uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais em suas convergências com o currículo da Educação Infantil. O estudo é de natureza qualitativa do tipo documental e foram analisados o currículo da Educação Infantil do município, as listas dos cursos ofertados pelo centro de formação continuada, as ementas e os relatórios finais. Concluímos que os cursos apresentaram temáticas condizentes com alguns dos direitos de aprendizagem preconizados pelas matrizes curriculares municipais para a Educação Infantil, porém, destacamos que a falta de registros das avaliações das atividades por parte dos cursistas e também dos professores, compromete um entendimento mais amplo das reais contribuições da formação continuada para o trabalho docente.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Educação sexual. Formação continuada.

**Abstract**

The article aims to analyze two continuing education courses on sex education, presented to teachers of the municipal education system of a city in the countryside of the state of Minas Gerais, in their convergences with the Early Childhood Education's curriculum. This study figures as a qualitative documentary and it analyzes the Early Childhood Education's curriculum of the city, the lists of courses offered by the Center for Continuing Education, the menus and final reports. We concluded that the courses presented themes that were consistent with some of the learning rights recommended by the municipal curriculum premises for Early Childhood Education, however, we emphasize that the lack of records assessing such activities, either by the students or the teachers, compromises the full understanding of the real contributions of continuing education for the teaching work.

**Keywords:** Early Childhood Education. Sex education. Continuing Education.

## **Introdução**

Para muitos discursos do senso comum a sexualidade é uma questão privada e familiar. Por outro lado, no campo científico, estudiosas têm demonstrado a estreita relação entre a instituição escolar, gênero e sexualidade (LOURO, 2000; XAVIER FILHA, 2015).

Ainda que, em âmbito nacional, tenhamos documentos norteadores e normativos dos currículos que trazem elementos atinentes à educação sexual, podemos perceber a controvérsia existente na formação inicial de professores, em relação ao currículo da Educação Infantil e à formação integral das crianças. Por conseguinte, cabe refletirmos sobre a potencialidade da formação continuada, a fim de oferecer subsídios científicos, técnicos e pedagógicos para o trabalho com Educação sexual junto às crianças.

O presente estudo objetivou analisar dois cursos de formação continuada sobre educação sexual, ofertados a professoras da rede municipal de uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais<sup>i</sup>, no ano de 2017, e sua convergência com as matrizes curriculares da Educação Infantil do município.

## **Procedimentos metodológicos**

A abordagem qualitativa foi adotada para a realização do presente estudo. A fim de alcançarmos os objetivos delineados, recorreremos à pesquisa documental, compreendida como aquela que se realiza através de documentos contemporâneos ou do passado (CELLARD, 2008).

Foram analisadas as matrizes curriculares da Educação Infantil, as listas, as ementas e os relatórios finais dos cursos ofertados pelo Centro de Formação Continuada do município.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa,<sup>ii</sup> procedemos ao contato com a responsável pelo Centro de Formação Continuada do município e iniciamos a geração de dados, a partir da consulta aos documentos supracitados, referentes ao ano de 2017.

De posse dos dados sobre 32 cursos ofertados nesse ano, efetuamos a leitura de seus títulos e respectivas ementas, de sorte a identificarmos quais cursos abordaram temas sobre sexualidade, gênero e educação sexual. Em seguida, examinamos os relatórios finais dos cursos que, por suas ementas, sinalizavam tratar de questões afetas ao corpo, movimento, sexualidade, diversidade e/ou Educação sexual na Educação Infantil. Dois cursos demonstraram contemplar a educação sexual e, por essa razão, foram selecionados para análise.

## **Sexualidade e educação sexual na Educação Infantil**

No que se refere à Educação Infantil, a temática da sexualidade parece despertar calafrios na equipe pedagógica das escolas. Muito disso se deve à natureza da representação de criança que permeia o imaginário de gestores e docentes. Assim, a sexualidade parece ser expulsa do contexto escolar:

É preciso manter a "inocência" e a "pureza" das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância [...] (LOURO, 2000, p. 17).

Em âmbito nacional, no que concerne à organização curricular, a Educação Infantil tem, em caráter norteador, os Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RCNEI), que buscam subsidiar as práticas educativas (BRASIL, 1998). Em caráter normativo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), as quais se aprofundam em como garantir o direito da criança à aprendizagem (BRASIL, 2010), e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que institui os campos de experiência e objetivos de aprendizagem a serem contemplados nos currículos (BRASIL, 2017).

Quanto ao trabalho com sexualidade, na Educação Infantil, no segundo volume dos RCNEI, denominado "Formação pessoal e social", são apresentadas seções específicas intituladas "Expressão da sexualidade" e "Identidade de gênero", temas alinhados às pesquisas da área da Educação que versam sobre a educação sexual. Todavia:

Por que as questões de gênero e sexualidade não são também abordadas no terceiro volume do referencial? Gênero e sexualidade não dizem respeito ao conhecimento de mundo? De que mundo trata o referencial? (CARVALHO; GUIZZO, 2016, p. 197).

Todavia, apesar de tais questões não estarem presentes nos documentos, elas se materializam no dia a dia da escola, através dos sujeitos que nela atuam:

[...] educação do corpo e relações de gênero encontram-se intrincadas em diferentes dimensões da Educação Infantil, e a partir da relação que estabelecem entre si influenciam a forma como as crianças se constituem e estabelecem suas relações sociais. (VIEIRA; ALTMANN, 2016, p. 151).

Já as DCNEI se eximem de uma importante função social, no que diz respeito às discussões sobre as temáticas gênero e sexualidade, no âmbito da escola, porque focalizam o termo gênero somente no item "5. Concepção de Proposta Pedagógica" (CARVALHO; GUIZZO, 2016).

A BNCC, por sua vez, apresenta um campo de experiência denominado “O corpo, gestos e movimentos”. Porém, mantém um profundo silenciamento sobre as questões de sexualidade e gênero

A base deveria garantir o respeito à identidade de gênero, à sexualidade, à diversidade, da mesma forma como ela propõe o respeito à várias culturas, à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Portanto, quando a mesma desconsidera tal fato, parece estar em direção contrária ao que sugere. (MONTEIRO; CASTRO; HERNECK, 2018, p. 209).

No município foco de nosso estudo, as Matrizes Curriculares da Educação Infantil foram elaboradas com base nos RCNEI e têm por objetivo nortear as práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil na rede municipal de ensino. Entre os diversos direitos de aprendizagem do aluno, presentes no documento, alguns trazem consigo aspectos pertencentes às temáticas da educação sexual, conforme destacado no quadro abaixo:

**Quadro 1: Educação sexual nas Matrizes Curriculares da Educação Infantil<sup>iii</sup>**

Matriz Curricular	Eixo de trabalho	Direito de aprendizagem
Classes de 0 a 3 anos	Conhecimento de mundo	-Falar sobre o dia a dia da família: o que gostam de fazer, onde passeiam, quem leva a criança para a escola, o que fazem quando descansam, dentre outras ações. -Iniciar o processo de compreensão de como se organizam as pessoas dentro dos contextos familiar e escolar. -Identificar graus de parentesco das pessoas mais próximas. -Associar as partes do corpo às ações desenvolvidas por elas: a boca para comer, as mãos para pegar, as pernas para andar etc.
Classes de 0 a 3 anos	Movimento	-Compartilhar descobertas corporais feitas a partir de observações no espelho.
Classes de 0 a 3 anos	Identidade e Autonomia	-Perceber como seu corpo é constituído: suas partes, alguns órgãos e membros mais visíveis e/ou concretos. -Interessar-se em desprender-se das fraldas, para utilizar o penico ou o vaso sanitário.
Classes de 4 anos	Identidade e autonomia	-Perceber que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres, em relação ao trabalho, ao lazer, à educação etc. -Desenvolver atitude de repúdio a qualquer tipo de discriminação.
Classes de 4 anos	Movimento	-Aprender a usar o corpo como meio de comunicação, expressão artística e relacionamento interpessoal.
Classes de 4 e 5 anos	Natureza e sociedade	-Observar como se organizavam os grupos sociais no passado e como se organizam no presente, em relação aos arranjos familiares, ao sustento familiar, à educação, ao lazer etc. -Reconhecer-se em um corpo. -Identificar as partes que compõem o seu corpo. -Representar seu corpo de diversas formas: desenho, modelagem etc. -Relacionar os cuidados que devemos ter em relação ao nosso corpo.
Classes de 4 e 5 anos	Identidade e autonomia	-Participar, igualmente, em brincadeiras tidas como de meninos ou de meninas. -Desenvolver atitude de repúdio às iniciativas homofóbicas.

**Fonte:** Matrizes Curriculares para a Rede Municipal de Ensino, 2015, adaptado pelos autores.

Percebe-se que os direitos de aprendizagem abordados representam certo avanço para a Educação Infantil, quando comparados com pesquisas sobre estruturação curricular nesse nível de ensino, pois, “[...] recentemente, fomos aturridas por discursos contra a inclusão dos termos gênero, sexualidade e orientação sexual no Plano Nacional de Educação e nos respectivos planos estaduais e municipais, na grande maioria dos recantos brasileiros.” (XAVIER FILHA, 2015, p. 15).

As Matrizes Curriculares da Educação Infantil do município foco de nosso estudo tanto orientam o trabalho pedagógico realizado nas instituições municipais quanto demonstram possibilidades para inserção de ações pedagógicas que contemplem o reconhecimento da diversidade, das identidades, das famílias, do repúdio à homofobia e a importância da equidade entre os gêneros, junto às crianças pequenas.

### **Formação continuada de professoras da Educação Infantil sobre educação sexual: contextualizando o local da pesquisa**

Sobre o preparo técnico, científico e pedagógico das professoras de Educação Infantil, a fim de lidarem com temas afetos à educação sexual, a formação inicial apresenta lacunas. Para Leão e Ribeiro (2014):

A sexualidade é uma das questões controversas presentes no cenário escolar, porém, o currículo oficial do curso de Pedagogia não lhe dá a devida importância. É como se fosse algo secundário e desnecessário de ser visto com os futuros educadores, o que contribui para perpetuação do estigma de que este assunto não deva ser abarcado, não sendo função do professor atuar com questões de sexualidade. (LEÃO; RIBEIRO, 2014, p. 285).

Carvalho e Guizzo (2016) argumentam que docentes consideram a sexualidade como um problema que devem resolver, além de a compreenderem como algo que deva ser exterior à escola.

Há uma lacuna na formação inicial das professoras que hoje atuam nas instituições de Educação Infantil, quanto à educação sexual. Portanto, para além da necessidade de se “rever” os currículos de cursos de licenciatura, deve-se também investir em políticas públicas de formação continuada que tratem do tema, pois, embora negada, a sexualidade se faz presente na escola e na Educação Infantil:

A criança vive sensações prazerosas na troca da fralda, nos toques durante o banho, como também vive a curiosidade do beijo, do abraço, as descobertas do seu corpo e do outro. A criança, aos poucos, percebe as diferenças entre ela e o outro, descobre-se menino e menina. (AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 7).

Para os propósitos dessa investigação, assumimos o conceito de formação continuada, pois, segundo Marin (1995, p. 18) educação permanente, educação continuada e formação continuada são similares e têm como eixo o conhecimento, sendo que o conceito de “[...] formação contínua guarda significado fundamental de atividade conscientemente proposta, direcionada para a mudança [...]”.

Na esfera nacional, a LDBEN, em seu artigo 61, regula a formação continuada dos profissionais do magistério e estabelece a obrigatoriedade de a União, o Distrito Federal e os Estados promoverem a formação continuada e a capacitação desses profissionais, em regime de colaboração (BRASIL, 1996). No inciso V do artigo 67 da referida lei, está previsto para os docentes período reservado a estudos, incluído na carga horária de trabalho.

A formação é direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade. Podem os processos de formação desencadear mudanças? Sim, se as práticas concretas feitas nas creches, pré-escolas e escolas e aquilo que sobre elas falam seus profissionais forem o ponto de partida (KRAMER, 2005, p. 224).

Figueiró (2014) enfatiza que a prática reflexiva na formação de professores leva ao aprimoramento do trabalho e competência pedagógica, sendo importante que o professor amplie seu pensar. É preciso com que a docente “[...] possa pensar e repensar sua prática pedagógica e realimentá-la com as reflexões coletivas que realiza com todos que integram a equipe.” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 104).

Se questões associadas à educação sexual são vistas como “problemas” pelas professoras da Educação Infantil (CARVALHO; GUIZZO, 2016), e se a formação continuada reflexiva evidencia que é importante partir “[...] de problemas que os professores vivenciam” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 106), parece-nos pertinente a relação que deveria existir entre formação continuada, educação sexual e Educação Infantil.

No que tange à Educação Infantil, é possível observar como a formação continuada em educação sexual é pouco estudada. Diante desse cenário, evidencia-se o trabalho de Camilo (2019), o qual se propôs avaliar três encontros formativos sobre educação sexual, do qual participaram doze docentes atuantes na Educação Infantil. Os resultados mostraram grande interesse inicial das docentes pelos temas abordados, bem como revelaram percepções diferentes de cada uma das participantes sobre a abordagem do tema com as crianças dessa etapa de ensino.

O município do interior do Estado de Minas Gerais, palco de nossa investigação, em consonância com a normativa federal, possui legislação própria referente ao incentivo e obrigatoriedade quanto à formação continuada dos profissionais do magistério vinculados à Secretaria Municipal de Educação. A formação continuada em serviço, no município, está dividida em dois modelos: 1) formação continuada em serviço; 2) formação sistêmica.

A primeira concerne à formação realizada mensalmente nas escolas nas quais as docentes atuam. O segundo modelo está relacionado a cursos de formação ofertados pela Secretaria de Educação do município. Nos debruçamos sobre o segundo modelo de formação existente, a formação sistêmica e suas relações com a educação sexual.

### Resultados

Como resultados, encontramos dois cursos que faziam menção a aspectos pertencentes à Educação Sexual. Um curso, intitulado “Gênero e Diversidade na sala de aula: Reflexão e prática”, e outro, nomeado como “Educação, Subjetividade e Sexualidade: diálogos necessários”.

**Quadro 2: Curso “Gênero e Diversidade na sala de aula: Reflexão e prática”**

<b>Carga horária</b>	30 horas presenciais e 15 horas de atividades à distância
<b>Periodicidade</b>	10 encontros semanais entre os meses de março a maio de 2017, das 19h às 22h.
<b>Ministrante</b>	Mestre em Educação
<b>Público-alvo</b>	Educação Infantil, Ensino Fundamental e pedagogas da Rede Municipal de Ensino
<b>Vagas, alunos matriculados e concluintes</b>	30 vagas, 19 matriculados e 16 concluintes
<b>Objetivos gerais e específicos (O.G. e O.E.)</b>	Fazer com que os docentes pudessem conhecer os aspectos históricos e culturais que determinam as relações de gênero na contemporaneidade. (O.G.) Reconhecer a diversidade para superar os preconceitos e estabelecer uma nova prática pedagógica. (O.G.) Identificar aspectos históricos e culturais que estabelecem padrões de comportamento numa sociedade, refletir sobre relações de gênero, identidade, subjetividade, afetividade e preconceito. (O.E.) Vincular os conhecimentos adquiridos à prática da sala de aula e compartilhar práticas educativas. (O.E.)
<b>Temáticas desenvolvidas em cada encontro</b>	<b>Encontro 1</b> -Identificação do grupo. Dinâmica: “Apresentação individual de cada participante”. Vídeo: “O amor na diversidade”. Apresentação da proposta do curso. Coleta de sugestões. <b>Encontro 2</b> - Estudos sobre gênero, identidade de gênero e preconceito de gênero. Oficina: “Um conceito chamado gênero”. Vídeo: “Identidade de gênero e papéis sociais” <b>Encontro 3</b> - Mesa redonda sobre o vídeo do encontro anterior. Elaboração de um roteiro de aula para trabalhar esse tema com alunos. <b>Encontro 4</b> - Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual. Oficina: “A delícia de ser quem somos”. Vídeo: “Mistérios da sexualidade”. Discussão do vídeo e elaboração de atividades para trabalhar o tema em sala de aula. <b>Encontro 5</b> - Estudos sobre o gênero na docência (representações de professores e professoras, ao longo do processo histórico). Oficina: “Identidade

Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil

	<p>docente”. Vídeo: “Nós da educação - Guacira Lopes Louro”. Análise reflexiva do vídeo. <b>Encontro 6-</b> Leis e políticas públicas de valorização e respeito à diversidade. Oficina: “Gênero e racismo na mídia”. Vídeo: “Diversidade é a minha identidade”. <b>Encontro 7-</b> Leis e políticas públicas de valorização e respeito à diversidade. Diversidade cultural: valorizando o índio e o negro (slides interativos). Vídeo: “Documentário: o povo brasileiro- Darci Ribeiro”. Reflexões sobre o vídeo. Elaborar um roteiro de aula para trabalhar esse tema com os alunos. <b>Encontro 8 - Slides</b> interativos para estudo do tema: “O desenvolvimento da sexualidade em crianças e jovens com deficiência física ou mental”. Vídeo: “A sexualidade em pessoas com deficiência”. Discussões complementares sobre o tema abordado. <b>Encontro 9-</b> Oficina: apresentação de 15 situações-problema envolvendo o tema da diversidade na escola para discussão, reflexão e tomada de decisão. Vídeo: “Identidades, gênero e diversidade”. <b>Encontro 10-</b> Slides interativos: “Como trabalhar o tema da sexualidade na Educação Infantil”. Apresentação da história: “Mãe botou um ovo”. Oficina: “A história em debate”. Avaliação do curso e encerramento das atividades. <b>Atividade à distância 1:</b> Apresentar relato oral e escrito do roteiro elaborado (5h). <b>Atividade à distância 2:</b> Apresentar relato oral e escrito das atividades elaboradas (5h). <b>Atividade à distância 3:</b> Trabalhar o tema da diversidade cultural em sala de aula e fazer o relato oral e escrito dessa atividade(5h).</p>
<b>Aporte teórico</b>	ALTMANN, BARBOSA, MATOS, COSTA, BONFIM, BRASIL, CHARLOT, FOUCAULT, LOURO, MAMPRIN e NÓVOA.
<b>Relatório do módulo formativo</b>	Sim.

Fonte: Relatório dos cursos realizados pela Casa do Educador, 2017

**Quadro 3: Curso “Educação, subjetividade e sexualidade: diálogos necessários”**

<b>Carga horária</b>	30 horas presenciais e 15 horas de atividades à distância
<b>Periodicidade</b>	Não consta.
<b>Ministrante</b>	Doutora em Educação
<b>Público alvo</b>	Não informado
<b>Vagas, alunos matriculados e concluintes</b>	30 vagas, 21 matriculados e 11 concluintes
<b>Objetivos gerais e específicos (O.G. e O.E.)</b>	<p>Contribuir para a formação continuada de professores/as, promovendo uma compreensão transversal das temáticas em questão, convidando-os/as a serem agentes do processo de valorização das diferenças (O.G.).</p> <p>Desnaturalizar diferenças culturais, compreendendo que a identidade de grupos, bem como as estereótipos e os preconceitos, são construções socioculturais e históricas; (O.E.).</p> <p>Compreender a complexidade com que os fenômenos se inter-relacionam; perceber como a acumulação de características desprivilegiadas potencializa desigualdades e discriminações (O.E.).</p> <p>Reconhecer/identificar estereótipos presentes em diferentes âmbitos da sociedade (O.E.).</p>
<b>Temáticas desenvolvidas em cada encontro</b>	<b>Tema 1:</b> “Sujeito, poder e gênero”. <b>Tema 2:</b> “A construção da identidade de gênero”. <b>Tema 3:</b> “Gênero no cotidiano escolar”. <b>Atividade à distância 1:</b> leitura de um texto com debate em um encontro presencial (5 horas). <b>Atividade à distância 2:</b> elaboração/ pesquisa (5 horas). <b>Atividade à distância 3:</b> Relato de aplicação de atividade prática na escola em que atua, na rede municipal (5 horas).
<b>Aporte teórico</b>	BAUMAN, BORGES, CARVALHO, DRUMOND, FINCO, FOUCAULT, FREITAS, GUEDES, HALL e LOURO.
<b>Relatório do módulo formativo</b>	Não

Fonte: Relatório dos cursos realizados pela Casa do Educador, 2017

Dos resultados apresentados nos quadros, destacamos que ambos os cursos não tiveram suas vagas preenchidas. O número de matriculados sofreu queda, quando comparadas as matrículas com o número de concluintes, tendo o curso “Educação, subjetividade e sexualidade: diálogos necessários” um número maior de desistência, totalizando 10 evadidos.

Os dois cursos revelaram objetivos gerais e específicos condizentes com as temáticas ministradas nos encontros e abordaram a conceituação histórica e sociocultural das relações de gênero e sexualidade. O aporte teórico empregado demonstra que as ministrantes buscaram apresentar aos cursistas trabalhos de estudiosos considerados como referência na área de Educação Sexual. A partir dos referenciais teóricos, não foi possível evidenciarmos com clareza qual a abordagem de Educação Sexual adotada.

De acordo com os documentos observados, o público-alvo do primeiro curso (Quadro 2) contemplou professoras da Educação Infantil, Ensino Fundamental e pedagogas da Rede Municipal de Ensino. Já acerca do segundo curso (Quadro 3), não se forneceram informações a respeito do público-alvo. Em ambos os cursos, não foi possível identificar especificamente a quantidade de cursistas que atuavam na Educação Infantil, porque não nos foi disponibilizada tal informação.

Sobre a análise das atividades à distância, conforme os Quadros 2 e 3, respectivamente, demonstrou-se que algumas delas consistiram em propostas de trabalho com as crianças, seja através da elaboração de um plano de aula, seja da implementação de intervenções na escola.

Ao compararmos os direitos de aprendizagem das Matrizes Curriculares da Educação Infantil do município foco da investigação com as temáticas abordadas pelos dois cursos ofertados pelo centro de formação, destacamos a ausência das próprias matrizes no referencial teórico de ambos. Embora tais matrizes não tenham sido adotadas pelas ministrantes dos cursos, foi possível traçar um paralelo entre elas e as temáticas do curso.

O quadro a seguir mostra os dois cursos, sendo “Gênero e Diversidade na sala de aula: Reflexão e prática” denominado Curso 1 e “Educação, subjetividade e sexualidade: diálogos necessários”, Curso 2. Os temas tratados em cada curso estão descritos e lhes foi atribuída uma letra para sinalizar em qual deles alguns dos direitos de aprendizagem das Matrizes Curriculares para a Educação Infantil podem ter sido contemplados.

**Quadro 4: Aproximação das temáticas dos cursos com direitos de aprendizagem da Educação Infantil**

Curso/ Temas	Direitos de aprendizagem contemplados
<p><b>Curso 1:</b>  <b>A-</b> Estudos sobre gênero, identidade de gênero e preconceito de gênero.  <b>B-</b> Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual.  <b>C-</b> Como trabalhar o tema da sexualidade na educação infantil.</p> <p><b>Curso 2:</b>  <b>D-</b> Sujeito, poder e gênero.  <b>E-</b> A construção da identidade de gênero.  <b>F-</b> Gênero no cotidiano escolar.</p>	<p>Desenvolver atitude de repúdio a qualquer tipo de discriminação. (temas que abordaram o direito: <b>A e F</b>)  Participar, igualmente, em brincadeiras tidas como de meninos ou de meninas. (temas que abordaram o direito: <b>A, C e F</b>)  Observar como se organizavam os grupos sociais no passado e como se organizam no presente, em relação aos arranjos familiares, ao sustento familiar, à educação, ao lazer etc. (temas que abordaram o direito: <b>A e F</b>)  Identificar as partes que compõem o seu corpo. (temas que abordaram o direito: <b>A e E</b>)  Desenvolver atitude de repúdio às iniciativas homofóbicas. (tema que abordou o direito: <b>B</b>)  Reconhecer-se em um corpo. (temas que abordaram o direito: <b>A e E</b>)  Perceber que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres, em relação ao trabalho, ao lazer, à educação etc. (temas que abordaram o direito: <b>A, C, D e F</b>)  Iniciar o processo de compreensão de como se organizam as pessoas, dentro dos contextos familiar e escolar. (temas que abordaram o direito: <b>A, C, D e F</b>)  Falar sobre o dia a dia da família: o que gostam de fazer, onde passeiam, quem leva a criança para a escola, o que fazem quando descansam, dentre outras ações. (temas que abordaram o direito: <b>A, C e D</b>)</p>

**Fonte:** Relatório dos cursos realizados pela Casa do Educador, 2017, Matrizes Curriculares para a Rede Municipal de Ensino, 2015.

Assim, dos dezessete direitos de aprendizagem extraídos do currículo da Educação Infantil do município (Quadro 1), inferimos, com base na análise de cada um dos cursos, que nove dos direitos de aprendizagem se enquadram nas temáticas contempladas por eles.

### **Discussão**

Uma vez que o total de vagas não foi preenchido em nenhum dos cursos, podemos, primeiramente, retomar a consideração da circunstância de a sexualidade ser tratada por muitos como tabu e, por essa razão, o distanciamento do tema por parte das docentes; outros fatores podem ter influenciado na baixa procura, tais como: pouca divulgação, incompatibilidade de horário das docentes, entre outros. Por fim, diante desse cenário, compete também refletirmos sobre as extensas jornadas de trabalho destinadas às mulheres.

Por questões culturais e até mesmo sexistas, consolidadas ao longo dos séculos na Educação, sabe-se que a docência, na Educação Infantil, é predominantemente composta por mulheres. Segundo os dados do mês de março de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as mulheres no mercado de trabalho, demonstrou-se que os afazeres domésticos e cuidados de pessoas totalizam, em média, 18,5 horas

semanais (10,3 horas a mais que os homens) e o emprego totaliza, em média, 34,8 horas da rotina das mulheres. Ou seja, tendo em vista os afazeres domésticos e os cuidados das pessoas, as quais, em sua maioria, são os filhos e idosos, as mulheres somam um total de 53,3 horas semanais de trabalho, enquanto os homens somam 50,2 horas (IBGE, 2019). Conclui-se, portanto, que as mulheres trabalham em média 3,1 horas semanais a mais do que os homens e, mensalmente, isso totaliza 12,4 horas a mais trabalhadas por elas.

Outra questão a ser problematizada é que as exigências avaliativas da Educação Infantil se voltam, basicamente, à área de Língua Portuguesa. Isso pode se constituir como fator que dificulta com que docentes que atuam nesse nível da Educação Básica busquem cursos formativos nos quais as temáticas enfocadas não serão avaliadas por instrumentos que pretendem atestar a “qualidade da educação”:

[...] os desenhos avaliativos conduzidos pelos municípios evidenciam preocupações no sentido de avaliar o desenvolvimento e/ou aprendizagem das crianças, sendo que, no que concerne à pré-escola, parte considerável das iniciativas de avaliação enfatiza habilidades de leitura e escrita [...] (PIMENTA, 2017, p. 634).

Quanto ao comparativo do conteúdo dos cursos com as Matrizes Curriculares da Educação Infantil, foram encontradas dificuldades devido a ambos os cursos analisados abrangerem docentes de duas etapas da Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental (ciclo I e ciclo II). A análise é agravada pela ausência do registro de cada aula ministrada, estando as temáticas expostas, de forma generalizada, na seção “Relatório do módulo formativo”, constante do relatório final. Tais registros, se houvesse, permitiriam examinar com maior precisão a convergência entre as temáticas tratadas nos cursos e os direitos de aprendizagem presentes nas matrizes. Porém, a partir do referencial teórico apresentado em cada um dos cursos, percebe-se que os conteúdos foram baseados no trabalho de autores reconhecidos nas áreas de sexualidade, gênero e educação sexual na escola, tais como Guacira Lopes Louro e Michel Foucault.

No relatório final do módulo formativo do curso “Gênero e Diversidade em sala de aula: Reflexões e práticas”, elaborado pela ministrante, a mesma evidenciou grande êxito no que se refere ao envolvimento do grupo nas atividades propostas e ressaltou que o tema gênero e diversidade representou significativa contribuição ao processo de formação e à prática pedagógica dos docentes. Em sua avaliação, houve uma “evolução” no processo de inclusão das pessoas, as quais, por muito tempo, foram excluídas do convívio social e

consideradas diferentes, enfatizando a valorização de todos os indivíduos, independentemente da cor da pele, religião professada ou opção sexual<sup>iv</sup>, como objetivo de todos que acreditam numa sociedade mais justa e humanizada.

Mediante o fato de somente um dos cursos ter apresentado relatório final, questionamos a avaliação do domínio dos conteúdos por parte dos cursistas. Segundo Portilho, Batista, Real e Branco (2017) o objetivo de uma avaliação em programas de formação continuada “é produzir efeitos e resultados concretos, afim de propiciar tomadas de decisões relevantes em relação aos caminhos a serem seguidos”.

Sobre os direitos de aprendizagem, dos 17 destacados no Quadro 1, nove convergiam com as temáticas abordadas nos cursos: 1) Desenvolver atitude de repúdio a qualquer tipo de discriminação. 2) Participar, igualmente, em brincadeiras tidas como de meninos ou de meninas. 3) Observar como se organizavam os grupos sociais no passado e como se organizam no presente, em relação aos arranjos familiares, ao sustento familiar, à educação, ao lazer etc. 4) Identificar as partes que compõem o seu corpo. 5) Desenvolver atitude de repúdio às iniciativas homofóbicas. 6) Reconhecer-se em um corpo. 7) Perceber que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres, em relação ao trabalho, ao lazer, à educação etc. 8) Iniciar o processo de compreensão de como se organizam as pessoas, dentro dos contextos familiar e escolar. 9) Falar sobre o dia a dia da família: o que gostam de fazer, onde passeiam, quem leva a criança para a escola, o que fazem quando descansam, dentre outras ações.

Percebemos que ambos os cursos contemplaram mais os direitos de aprendizagem que se referem às questões de gênero, identidade de gênero e família. Porém, não enfatizaram outros aspectos importantes da educação sexual de crianças pequenas, como, por exemplo, a violência sexual infantil, as curiosidades sobre a reprodução e o nascimento, os jogos sexuais, a masturbação infantil, o desfralde e o reconhecimento dos órgãos genitais.

Assim, alguns direitos que incidem diretamente na Educação Sexual parecem não ter sido discutidos pelos cursos. Como exemplo, realçaríamos que o direito de “Relacionar os cuidados que devemos ter em relação ao nosso corpo” poderia abranger discussões sobre a violência doméstica e a violência sexual, bem como a respeito das políticas públicas que versam sobre esses temas junto às crianças.

A fim de elucidarmos a importância de um maior aprofundamento na educação sexual, em ambos os cursos, observamos os achados de Pola (2019). Seu estudo avaliou intervenções pedagógicas da formação continuada em educação sexual com professoras e gestoras de uma escola de Ensino Fundamental. A partir do estudo, a autora conclui que

Percebe-se que as professoras não diferenciam corretamente “sexualidade” de “sexo”, por um lado, por falta de formação científica, por outro, por reproduzirem tabus e preconceitos que em muito dificultam o desenvolvimento de atividades que justificam a Educação sexual no âmbito da escola. (POLA, 2019, p. 109).

No que concerne à avaliação do curso e dos cursistas, destacamos que somente o curso 1 anexou o documento “Relatório do módulo formativo”, contudo, seu conteúdo traz apenas a avaliação da ministrante sobre o curso e não menciona quais instrumentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem foram utilizados.

Concordamos com Luckesi (2002, p. 84), na definição de avaliação: “[...] avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva.”

Diante dos resultados, destacamos que os cursos contribuem para a aquisição de conhecimentos sobre educação sexual pelas docentes da Educação Infantil, porém, não houve destaque para o currículo municipal dessa etapa de ensino e os mecanismos avaliativos necessitam ser aprimorados.

### **Considerações finais**

Nossa investigação se propôs analisar dois cursos de formação continuada sobre educação sexual, ofertados a professoras da rede municipal de uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais e suas convergências com o currículo da Educação Infantil, consideramos que os documentos usados auxiliaram na execução de nossos objetivos. Apesar disso, demonstrarem a ausência de alguns elementos, como a avaliação dos cursistas sobre os cursos, as ações interventivas que desenvolveram nas escolas e o modo de avaliação dos cursistas, para aprovação. Tais elementos, se indicados, possibilitariam o aprofundamento das discussões sobre a formação continuada em educação sexual no município.

Ademais, a forma de registro dos cursos não permitiu conhecermos, especificamente, quantos dos concluintes eram docentes que atuavam na Educação Infantil,

de que maneira os conteúdos foram desenvolvidos e se os direitos de aprendizagem das Matrizes Curriculares do município foram mencionados nos cursos. Tampouco os registros dos cursos informam se as atividades de intervenção propostas pelas ministrantes foram efetivadas nas escolas de atuação dos cursistas, enquanto ações pedagógicas.

Assim, enfatizamos que embora os cursos tenham contribuído com as docentes no que se refere às questões de gênero e sexualidade, conforme aponta a ministrante do curso 1 em seu relatório do módulo formativo, poderiam ter sido abordadas outras temáticas condizentes com a faixa etária em que atuam as docentes e que aparecem como discussões necessárias nas pesquisas dessa área da Educação, por exemplo: a prevenção, identificação e encaminhamentos necessários quanto à violência sexual infantil; o processo de desfralde e seus desdobramentos psicológicos e sexuais; a desmistificação da masturbação infantil e/ou manipulação dos genitais; a nomenclatura correta a ser utilizada para se referir aos órgãos genitais; o sexismo presente nas práticas pedagógicas e suas implicações; o consentimento para tocar, beijar e abraçar outras pessoas; o machismo; a misoginia; entre outros.

Ora, se as pesquisas em Educação apontam para a necessidade de que as formações, inicial e continuada, contemplem a educação sexual e se refletirmos sobre as diversas dinâmicas sociais, perpassadas por preconceitos, violências e exclusões e que se apresentam cotidianamente na escola, percebemos a necessidade de que cada vez mais cursos sobre o tema sejam ofertados às docentes.

Não podemos nos furtar ao fato de que a educação escolar pública e gratuita tem sido alvo de diversos ataques ideológicos, que ganham vida nas disputas políticas, recentemente agravadas no Brasil. Estes ataques representam a negação da Ciência, o desrespeito e descumprimento dos direitos da criança previsto na legislação brasileira, uma afronta aos Direitos Humanos e, para além disso, apontam para uma política genocida que investe no desconhecimento e na ignorância como forma de valorar vidas que importam e quais podem ser legitimamente interrompidas!

Ressaltamos que, no ano de 2019, a Matriz Curricular do município estudado foi modificada, de sorte a se enquadrar à BNCC. Dessa forma, todos os direitos de aprendizagem aqui elencados como pertencentes ao trabalho com educação sexual foram retirados do currículo da Educação Infantil, apesar de ter havido a participação das docentes e gestoras, nesse processo.

Esta retirada se justifica para nós, devido à incompreensão e falta de acesso aos conhecimentos da educação sexual que poderiam ser mais amplamente ofertados pela formação continuada do município; quem sabe, se as docentes pudessem se apropriar dos conhecimentos em educação sexual, seriam capazes de se unir coletivamente e lutar pela manutenção e aperfeiçoamento dos processos pedagógicos com a educação sexual na Educação Infantil. Tal fato representa um retrocesso na formação integral das crianças e na construção de uma sociedade consciente, coletiva e não discriminatória.

### Referências

- AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea C. **Escola e educação sexual: uma relação necessária**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/ganpedsul/paper/viewFile/1105/800>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96**. Brasília: MEC, SEB, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes). Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 3 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 3 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- CAMILO, Vanessa C.S. **Infância, gênero e educação infantil: percepções e ações na formação continuada dos educadores**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190991>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- CARVALHO, Rodrigo. S.; GUIZZO, Bianca S. Políticas curriculares de educação infantil: Um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 191-201, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2294>. Acesso em: 24 maio 2019.
- CELLARD, Andre. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-P; ROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FIGUEIRÓ, Mary Neide D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: [ftp://ftp.ibte.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Estudos\\_especiais/Mulheres\\_no\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_2018.pdf](ftp://ftp.ibte.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação**. São Paulo: Ática, 2005.

LEÃO, Andreza. M. C.; RIBEIRO, Paulo R. M. A (in) existência da sexualidade no curso de pedagogia: o currículo oculto em evidência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 275-290, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6530>. Acesso em: 11 maio 2019.

LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, v. 4, n. 2, p. 79-88, dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=310>. Acesso em: 22 maio 2019.

MARIN, Alda J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. Caderno Cedes - Centro de Estudos Educação e Sociedade. **Educação Continuada**. Campinas: Papyrus, n.36, p. 13-20, 1995.

MONTEIRO, Cíntia C.; CASTRO, Letícia de O.; HERNECK, Heloisa R. O silenciamento da educação infantil: proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 194-212, nov. 2018. ISSN 2175-7003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/17787/13760>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PIMENTA, Cláudia O. **Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras?** 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23082017-105049/pt-br.php>. Acesso em: 28 jun. 2019.

POLA, Lorena C. A. G. **Sexualidade humana e educação sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153254>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PORTILHO, Evelise. M. L.; BATISTA, Giovani; REAL, Helton R.; BRANCO, Lara G. Avaliação de um programa de formação continuada na perspectiva metacognitiva. In: Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, IV. 2017. **Anais**. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23894\\_12517.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23894_12517.pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

UBERABA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação de Uberaba. **Matrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino**. Uberaba, MG, 2015.

UBERABA. Secretaria de Educação de Uberaba. Casa do Educador “Prof.<sup>a</sup> Dedê Prais”. **Relatório dos cursos realizados pela Casa do Educador**. Uberaba, MG, 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Revista Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 14-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/viewFile/6375/4281>. Acesso em: 28 mar. 2019.

## Notas

---

<sup>i</sup>O município, cuja população é de 295.988 habitantes (IBGE-2010), se localiza na microrregião do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, a 482,6 km da capital do Estado – Belo Horizonte.

<sup>ii</sup>O trabalho se refere a parte de uma pesquisa de mestrado aprovada com o Parecer Consubstanciado nº 3.656.057, do Comitê de Ética em Pesquisa.

<sup>iii</sup>Embora alguns elementos selecionados para a elaboração do quadro não explicitem, diretamente, menção ao gênero e/ou à sexualidade, ensejam questões importantes a serem problematizadas na educação sexual. Por exemplo, qual o corpo infantil que pode e não pode ser conhecido pela criança? Quais as configurações familiares apresentadas? Quais as normalizações realizadas em torno do uso do banheiro pelas crianças?

<sup>iv</sup>Mantivemos o termo utilizado pela ministrante do curso no relatório do módulo formativo.

## Sobre os autores

### Thais Villa

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Graduada em Pedagogia pela UNESP de Araraquara (FCLAR). Professora de Educação Básica e de Educação Infantil vinculada à prefeitura municipal de Uberaba. E-mail: [thavilla\\_oliveira@hotmail.com](mailto:thavilla_oliveira@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5815-3331>

### Vagner Matias do Prado

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do GPESP - Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade (CNPq). Doutor e mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: [vagner.prado@ufu.br](mailto:vagner.prado@ufu.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8662-2833>

Recebido em: 16/06/2020

Aceito para publicação em: 17/08/2020